



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 6314/05 - LIBERDADE DE OPINIÃO ENSINO RELIGIOSO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1559/17	DATA: 18/10/2017	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 14h42min	TÉRMINO: 16h05min	PÁGINAS: 31

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LENISE GARCIA - Professora da Universidade de Brasília.
PAULO HENRIQUE CREMONEZE - Advogado.

SUMÁRIO

Debate acerca da liberdade de opinião no ensino religioso.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Jácome) - Boa tarde a todos e a todas.

Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.314, de 2005, do Deputado Takayama, que “acrescenta inciso ao art. 142 da Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal” e apensados.

Informo às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que a presente reunião está sendo transmitida ao vivo pela Internet, no *site* da Câmara dos Deputados, e que as imagens e o áudio estarão disponíveis na página da Comissão logo após o encerramento dos trabalhos.

Encontram-se à disposição das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados cópias da ata da 5ª Reunião, realizada em 27 de abril de 2016.

Pergunto se há necessidade da leitura da referida ata. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Jácome) - Está deferido o pedido do Deputado Flavinho.

Não havendo discordância, fica dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Flavinho.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Informo que os documentos recebidos por esta Comissão Especial se encontram à disposição dos interessados na mesa de apoio.

Passo à ordem do dia.

Vamos apreciar a seguinte pauta: audiência pública e, se houver quórum, deliberação de requerimentos e eleição do Terceiro Vice-Presidente.

O primeiro item da pauta é a audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 6.314, de 2005, e seus apensados, que tratam da liberdade de opinião no ensino religioso, atendendo aos Requerimentos nºs 1 e 2, de 2015, ambos de autoria do Deputado Flavinho.



Convido para tomar assento à mesa os convidados: a Profa. Lenise Garcia, da Universidade de Brasília; e o Dr. Paulo Henrique Cremoneze, advogado convidado por esta Comissão.

Peço a atenção de todos para as seguintes orientações.

O tempo concedido a cada palestrante será de 15 minutos, não podendo haver apartes. Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente junto à mesa. As perguntas serão feitas no final da palestra e deverão restringir-se ao assunto da exposição e ser formuladas no prazo de 3 minutos, dispondo o palestrante de igual tempo para responder. Aos Deputados serão facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Feitas essas considerações, convido a Profa. Dra. Lenise Garcia para fazer a sua exposição.

Seja bem-vinda, Profa. Lenise Garcia.

A SRA. LENISE GARCIA - Boa tarde. Inicialmente eu queria agradecer a oportunidade de falar nesta Comissão sobre temática tão relevante que é a liberdade religiosa, com todas as suas consequências e derivativos.

Eu queria começar trazendo o que está escrito na Declaração de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas — ONU a esse respeito:

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância (...)

É isso o que está na Declaração de Direitos Humanos da ONU e é recepcionado pela nossa Constituição e pela legislação brasileira.

Eu penso que a primeira questão que a temática nos coloca é: o que é a religião? Nós costumamos falar a respeito das várias religiões. Pesquisando um pouco, vi que os filósofos da religião dizem que, para ser uma religião, é preciso três componentes. Toda religião tem um conjunto de crenças, que é o seu corpo de doutrina; tem um conjunto de normas de conduta, que são apresentadas às pessoas que seguem essa religião; e tem algum modo de culto, que é como as pessoas se dirigem a Deus e às liturgias que estejam presentes. Esses três âmbitos vão



influenciar o nosso modo de ser como pessoa e como sociedade, tanto na comunidade religiosa como na sociedade civil.

Outro ponto é que a religião sempre abarca tanto teoria quanto prática, e, de fato, só podemos falar em religião quando há esse aspecto teórico-prático. Isso pode parecer muito óbvio, mas se nós acompanharmos discussões, como a que aconteceu no Supremo Tribunal Federal recentemente, sobre a questão do ensino religioso, vemos como há confusão a esse respeito.

Lá, por exemplo, vários Ministros disseram que seria viável o ensino sobre as religiões. Evidentemente é possível, mas o ensino sobre as religiões não tem nada a ver com ensino religioso. A título de comparação, numa faculdade, por exemplo, ou mesmo numa escola, pode-se ter uma aprendizagem sobre os esportes, mas a aprendizagem sobre os esportes não é educação física. São duas coisas totalmente diferentes. É necessário que uma criança faça educação física, e isso representa um exercício, literalmente. Ela estará se exercitando e aperfeiçoando os seus movimentos, ganhando uma série de competências relativas ao exercício físico, que efetivamente só ocorre pela prática, jamais seriam abarcadas com uma aprendizagem puramente teórica. Então, a religião demanda a prática, e, ao demandar a prática, ela o fará evidentemente dentro de um determinado âmbito, de uma determinada religião.

Ainda nessa comparação com o esporte, a escola pode oferecer o vôlei, o basquete, o futebol e, inclusive, esportes que se adequem a pessoas que tenham, por exemplo, algum tipo de deficiência. Esse vai ser o modo adequado de se trabalhar. Dizer *“porque eu não posso oferecer todos os esportes, eu não vou oferecer nenhum”* e *“fiquemos com a teoria do esporte”* é não compreender o que é demandado na educação. Então, a religião tem também essa demanda da prática religiosa.

Continuando a falar sobre esses três aspectos que a religião abarca, quando se fala em doutrina, em um conjunto de crenças, pode aparecer em determinadas religiões, por exemplo, a figura do dogma, que muitas vezes é confundido também. Muitas vezes fala-se de dogmas em campo moral, mas não existe nenhum dogma definido pela Igreja Católica em âmbito moral. Todos eles estão nesse âmbito da crença e, particularmente, no que diz respeito diretamente a Deus. Nós temos um



único Deus em três pessoas, e isso é algo que vai ficar no âmbito realmente de quem participa daquela fé. É algo que não tem uma grande transcendência para o âmbito social de pessoas que não compartilhem essa mesma fé. E somente aí ele é adequadamente colocado.

Então, se há esse âmbito de doutrina, é necessário que haja um direito de aprender e de ensinar. Aí, sim, eu posso ter algo puramente teórico, quer dizer, eu posso conhecer o corpo doutrinal de outra religião sem ter qualquer compromisso com isso e sendo capaz de interpretar, compreender e conversar com outras pessoas a respeito disso. Mas esse campo doutrinal nos traz também uma compreensão do próprio ser humano. Isso evidentemente influencia no modo como se vê o mundo. De fato, a compreensão que a humanidade tem a respeito do próprio homem está profundamente embasada nas suas crenças religiosas e na sua percepção religiosa.

Eu lembro que fiquei muito impressionada, há alguns anos, quando eu fui a uma exposição no Palácio do Itamaraty que mostrava a cultura indígena de diferentes tribos do Brasil e de outros países, ou seja, de diferentes povos indígenas. Dentre os vários aspectos culturais desses povos que estavam ali naquela exposição, havia como cada um desses povos via as origens. E isso era muito interessante, porque havia diferentes lendas ou mitos, ou como se queira chamar, desses diversos povos. Todos eles contavam a história recente daquele povo. Inclusive, muitos davam dados históricos sobre como aquele povo havia chegado àquele lugar, ocupado aquele espaço. Mas no início essa história remetia ao princípio dos tempos. E todas as histórias tinham algumas coisas em comum. Todas elas falavam de uma criação, seja por um deus, seja por uma deusa, de diferentes modos, mas todas elas faziam referência a uma criação, faziam referência a um mandamento que Deus tinha dado para aqueles primeiros daquele povo, faziam referência a uma desobediência que aquele povo havia feito a esse mandamento e faziam referência a um castigo recebido de Deus por causa dessa desobediência.

Eu achei isso extremamente interessante. Culturas muito diferenciadas, de vários povos indígenas, de diferentes países, traziam a seu modo um relato muito similar ao que a tradição judaico-cristã traz em relação à criação do mundo, ao pecado original feito pelo homem e suas consequências para a vida social.



Isso mostra o quanto a perspectiva religiosa está unida e como cada povo compreende a si mesmo. Se analisarmos do ponto de vista antropológico e sociológico, nós realmente vamos encontrar isso em todas as culturas humanas. É muito difícil separar o âmbito de compreensão do mundo que nós temos do âmbito religioso sem que haja uma ruptura nessa perspectiva.

O segundo ponto apresentado a toda religião é o conjunto de normas de conduta. Culturalmente isso é, podemos dizer, a principal fonte de conduta da humanidade. Isso não significa novamente que seja vinculado especificamente a uma compreensão religiosa. Aliás, isso muitas vezes é confundido atualmente. Quando se fala em normas de conduta, que na verdade são de toda a sociedade, interpreta-se como algo específico da sua religião.

Lembro que eu tive a oportunidade, em algum momento, na Câmara dos Deputados, de comentar que os dez mandamentos trazem o básico da conduta humana. Ali eu tenho: não matar, não roubar, não mentir. Se eu for interpretar, como se faz numa perspectiva laicista, que é diferente da sã laicidade — já vamos comentar —, em que não podemos impor, como cristãos, a perspectiva dos dez mandamentos à sociedade, isso significaria dizer que se pode matar, roubar e mentir. Como eu não vou aceitar essa perspectiva religiosa dos dez mandamentos, então agora podemos matar, roubar e mentir? Então, eu posso pegar a Constituição Federal e o Código Penal brasileiro e jogá-los no lixo, porque, evidentemente, embora seja uma referência cultural e histórica, essa perspectiva não é pura e simplesmente de uma cultura judaico-cristã. Ela é compreendida, porque ela vem do próprio modo de ser do ser humano; chegou até nós, muitas vezes, a partir da perspectiva religiosa, que, como eu dizia, embasa o pensamento de toda a humanidade a partir de religiões muito diferentes. Mas como são coisas que refletem o modo de ser do ser humano, então é algo que vai se refletir para todos e pode perfeitamente fazer referência a todos, sem que se compreenda isso como um ensinamento religioso. Então, eu acho que essa distinção é algo muito importante para se fazer.

Inclusive, eu falava desse laicismo, que é, digamos, a má compreensão, porque a verdadeira laicidade é a distinção entre o que é o âmbito do Estado e o que é o âmbito religioso, com respeito mútuo, e a liberdade a todas as religiões. O



laicismo é o que tenta tirar todo aspecto religioso da vida pública, e isso realmente vai contra o direito à liberdade religiosa, vai contra a própria compreensão do ser humano. Inclusive, todos os laicistas ocidentais usam conceitos que são cristãos, por exemplo, o de fraternidade, que está colocado na Revolução Francesa. O conceito de fraternidade é um conceito originalmente cristão, radicalmente cristão. Então, há uma dificuldade muito grande de se tentar fazer essa distinção.

E, por fim, outro aspecto é o culto, que será feito por uma oração pessoal, por uma oração pública. Na cultura brasileira, nós temos muitos reflexos disso, como, por exemplo, as procissões e a própria festa junina, que o povo brasileiro tem como algo tão próprio e que têm uma raiz que vem da religião. E é claro que tudo isso precisa influir na educação e particularmente no ensino religioso.

Eu penso que foi muito feliz o Supremo Tribunal Federal ao concluir, na questão do ensino religioso, que se pode, sim, ter um ensino religioso plural e livre dentro daquilo que é o ensino de cada religião, porque realmente é só desse modo que faz sentido, vamos dizer assim. E que possa ser, nesse âmbito, experimentado nas nossas escolas.

Eu posso até dizer que tive essa experiência quando eu era criança. Eu estudei numa escola pública em que havia ensino religioso e participava do ensino religioso católico, porque a minha família é católica, embora não tivesse uma prática religiosa quando eu era criança. E até por isso acho que esse ensino que eu tive na escola deve ter sido muito importante para mim, eu não me lembro muito bem, mas era a minha fonte, vamos dizer assim, porque a minha família não frequentava a igreja.

Havia um professor que passava por todas as salas, chamando os alunos que eram evangélicos, e eles iam para ter, à parte, a sua aula de ensino religioso. Eu também tinha uma amiguinha judia, que também saía da sala nesse momento. Não sei se ela tinha instrução religiosa na religião judaica ou se simplesmente ela ia para biblioteca ou ia fazer alguma outra coisa, o que sei é que ela não ficava naquele momento. Isso que foi aprovado agora pelo Supremo Tribunal Federal não é nada novo. Eu, quando criança, experimentei esse tipo de ensino religioso dentro da escola e devo dizer que funcionava muito bem.



Então, penso que esse é um aspecto importante e que, sem dúvida alguma, não contribui para que haja uma maior incompreensão entre as pessoas. Pelo contrário, o que levaria à incompreensão seria justamente negar a liberdade no âmbito de cada um se expressar dentro da sua própria religião. E é exatamente na escola, convivendo com esse pluralismo, que o aluno vai aprender a viver esse pluralismo na sua vida adulta também, ao contrário do que seria se houvesse uma perspectiva de afastar o ensino religioso, como se isso representasse algum tipo de fundamentalismo. Aliás, a confusão entre a religião que muitas vezes se faz, como se toda religião fosse fundamentalista, penso que é outro problema, de falsa compreensão daquilo que seja uma religião.

Bem, ainda teria mais alguma coisa, mas acho que podemos ficar por aqui, dentro do meu tempo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Jácome) - Agradeço à Profa. Lenise.

Naturalmente, vão surgir perguntas, e ela voltará ao microfone. Mas, desde já, agradeço a contribuição que ela traz a esta Comissão.

Registro a presença da Dra. Edna, da Associação Nacional de Juristas Evangélicos — ANAJURE e de representantes de outras instituições.

Eu queria, Deputado Flavinho, adotar o seguinte procedimento. Eu queria facultar a palavra a V.Exa., para fazer as perguntas à Dra. Lenise. Ato contínuo, o Deputado assumiria a Presidência dos trabalhos, e eu também faria uma pergunta, uma colocação. A professora responderia em bloco. Depois, o Dr. Paulo Henrique usaria também a palavra para sua palestra.

Pode ser? (*Pausa.*)

Com a palavra, o Deputado Flavinho.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Sr. Presidente, nobre convidado, nobre convidada, aqueles que também estão aqui acompanhando e os que acompanham pelos meios de comunicação desta Casa, eu me senti profundamente honrado com a presença dos nossos convidados, devido à experiência que cada um tem na sua respectiva área de atuação profissional, mas também como religiosos que professam uma fé — a fé católica, no caso dos dois — e que, claro, dentro de suas



realidades, sofrem perseguições para defender seus dogmas, sua doutrina, sua forma de viver, sua conduta moral.

Como a Dra. Lenise dizia, muito mais do que uma conduta moral religiosa é a conduta moral judaico-cristã que já permeia a nossa sociedade, é uma conduta moral milenar, que baliza a vida em sociedade. E, muitas vezes, querem imputar a nós, sejamos católicos ou evangélicos, o título de fundamentalistas, porque nós queremos apenas que a sociedade respeite aquela forma básica de viver, de convivência social, de respeito mútuo. Muitas vezes, não pela laicidade, mas pelos laicistas é que nós temos esse confronto.

Esta Comissão vem exatamente para confrontar esses confrontos, de forma muito pacífica, respeitosa, mas muito enfática, porque realmente nós não podemos mais tolerar esse tipo de intolerância no nosso País, para conosco, para com aqueles que professam a sua fé, volto a dizer, sejam católicos, evangélicos ou de outra fé. Nós respeitamos a todos, mas também queremos ser respeitados, seja no ambiente profissional, seja na rua, seja dentro dos nossos templos, seja nas nossas falas como Parlamentares, pois, muitas vezes, tentam cercear a nossa fala como Parlamentares pelo simples fato de professarmos uma fé. Muitas vezes, querem cercear nossa fala pelo simples fato de sermos católicos ou evangélicos,

Eu vejo como de muita importância esta audiência pública que fazemos aqui. E, muito mais do que fazermos perguntas, depois, nós vamos ter um pouco mais de tempo para ouvirmos a Dra. Lenise também. Eu acho que essa experiência pessoal de que ela agora começava a falar é muito importante. Gostaria que ela trouxesse em outro momento. Mas se quiser também fazer essa partilha no tempo regimental poderá fazer. Gostaria que ela falasse sobre sua experiência como doutora dentro de uma universidade federal. Sei das perseguições que ela sofre também por ser uma defensora da vida, aliás, por compor um grupo muito forte, que defende a vida, O Brasil Sem Aborto. Ela sofre perseguições por ser católica, por expressar a sua fé e por defender a vida. E essa é uma perseguição muito grande, que está dentro da nossa temática, claro, dessa realidade do ensino religioso.

Então, em vez de fazer uma pergunta, deixo este espaço para ela falar sobre sua experiência como professora e como doutora que sofre perseguição dentro de uma universidade federal.



Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Jácome) - Obrigado, Deputado Flavinho.

Eu convido o colega para assumir esta Presidência.

Farei umas colocações também, e a professora responderá as minhas e as colocações do Deputado Flavinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flavinho) - Assumindo a Presidência neste momento, já quero passar a palavra ao nosso nobre Presidente, nosso amigo, o Deputado Antônio Jácome, para que possa fazer suas perguntas à Dra. Lenise neste momento.

Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO JÁCOME - Muito obrigado, meu caro amigo e colega Deputado Flavinho.

Dra. Lenise, na linha do laicismo abordado pela senhora e tendo em vista esse debate e essa, digamos, incompreensão do que seria o verdadeiro laicismo, eu quero dizer que entendo que o ensino religioso não deve ser confessional. Mas eu acho que na hora em que há esse pluralismo de credos e de liberdade não há, no meu ponto de vista, nada que fere o princípio do laicismo.

A senhora fez um preâmbulo e mostrou, com muita propriedade, que a religião é inerente à índole humana. O ser humano não é só matéria, não é só corpo, é uma trindade — corpo, alma e espírito — e, como tal, precisa de algo imaterial, que pode ser representado pela religião.

A minha pergunta é no sentido de que o julgamento do Supremo foi apertado, foi dividido, literalmente dividido. O que o poder público deveria fazer, já que a senhora tem convivência numa universidade pública, para avançarmos no aspecto de que o ensino religioso não fira o laicismo? E, concretamente, o que a sociedade e as organizações, enfim, o que poderíamos fazer para diminuir tanta intolerância religiosa? Sabemos que esses conflitos todos no Oriente Médio, no fundo, são de cunho religioso — não é econômico, não é social; há um plano de fundo religioso. E a intolerância chegou a limites inconcebíveis. Não dá para aceitar tanta mortandade em nome da religião.



Então, eu queria que a senhora ficasse à vontade para fazer as considerações sobre essas questões.

Muito obrigado.

A SRA. LENISE GARCIA - Muito obrigada.

Bem, vou começar respondendo ao Deputado Antônio Jácome. Depois trarei aqui a minha experiência, como foi pedido pelo Deputado Flavinho.

Eu sou a favor do ensino religioso confessional plural, ou seja, que haja oportunidade para que cada criança tenha o ensino religioso dentro da sua própria religião, de uma forma livre, e compreendendo também que seus colegas poderão participar do ensino religioso também na sua própria religião, até porque esse é o modo como se organiza a sociedade. Então, ele já começa a vivenciar na escola aquilo o que ele vivenciará em sociedade, aprendendo, por um lado, aquilo que é a sua própria fé, e, por outro, a convivência com as pessoas que não partilham exatamente da sua mesma fé ou que têm alguma religião que seja até bastante distante, convivendo de uma forma harmônica.

Então, eu acho que tentar negar as diferenças não ajuda a convivência. E eu penso também que querer separar ou evitar aquilo que seria o confronto de ideias também não facilita a convivência.

E eu vou trazer um exemplo de outro âmbito, talvez menos polêmico, que é o futebol. Nós temos tido muitos problemas com brigas de torcidas, infelizmente, dentro e fora dos estádios. E alguns lugares tentam resolver essa problemática fazendo jogo com torcida única. Em um jogo só tem a torcida de um; no outro jogo só tem a torcida do outro.

A meu ver, esse isolamento não favorece a que se aprenda a convivência. No Rio Grande do Sul, houve uma iniciativa da torcida mista do Grêmio e do Inter. O torcedor do Grêmio que levasse um torcedor do Internacional tinha um ingresso grátis. E foi um espetáculo de cidadania, porque eles não pediram que o grêmista deixasse de ser grêmista e que o torcedor do Inter deixasse de torcer pelo Inter. Eles só mostraram que podiam perfeitamente estar juntos, no mesmo estádio, torcendo cada um pelo seu time e que isso não ia contra a paz. Foi mostrado que se podia justamente favorecer uma convivência pacífica entre aqueles que pensam de modo diferente. O que a sociedade nos demanda hoje, e acho que sempre demandou, é exatamente a



convivência pacífica entre aqueles que pensam diferente. Não é negar as diferenças, mas possibilitar o debate democrático entre aqueles que são diferentes.

Então, eu penso que esse ambiente é o que já deve ser trazido para própria escola, a partir do momento em que se tem na questão do ensino religioso o ensino confessional plural, dando possibilidade a cada um dentro daquilo que seja o seu o seu próprio âmbito. Até porque, como eu comentava, a religião demanda uma prática que é particular de cada religião: o modo de rezar, o modo de se comportar. Isso eu não consigo atingir, de modo algum, tentando pegar simplesmente aquilo que seja comum, vamos dizer assim, a todas as religiões, até porque é um pouco complexo tentar se obter isso.

De qualquer modo, eu penso que as religiões, bem compreendidas e bem ensinadas, praticamente todas elas nos trazem para a vivência de um convívio pacífico e fraterno. Então, não há por que acentuar o âmbito dos extremismos. A boa compreensão religiosa leva à compreensão mútua, inclusive em relação àquele que não tem religião nenhuma. É preciso saber não isolar essa pessoa e não ter a intolerância de que se falava. Aliás, se fala muito de intolerância, mas se faz uma intolerância religiosa que, muitas vezes, não é compreendida.

Não sei se coloquei minha posição.

E, falando da intolerância, eu respondo aqui também ao Deputado Flavinho.

Eu penso que, na universidade, a maior dificuldade que eu tenho é justamente mostrar que muitos dos meus argumentos são absolutamente científicos e que não têm nada de religioso. É só eu abrir a boca para começar a falar, por exemplo, que a vida humana começa na concepção, que as pessoas já vêm dizer: *“Olha, você fala isso porque é católica”*. E absolutamente não tem nada a ver com isso, até porque a Igreja Católica começou a falar sobre a importância de se respeitar esse ser humano que já existe a partir da concepção exatamente quando a ciência mostrou que é neste momento que começa o ser humano.

Isso é algo que já perdemos, vamos dizer assim, historicamente, mas eu vou colocar um exemplo recente. O Papa Francisco escreveu a Laudato Si, que é uma encíclica que trata do meio ambiente. Nessa carta ele diz que os cientistas dizem que há um problema de aquecimento global. E esse problema de aquecimento global que os cientistas nos estão trazendo demanda de nós atitudes coerentes em



relação a isso, atitudes éticas em relação a isso. Daqui a 200 anos, provavelmente vão dizer que foi o Papa Francisco quem falou sobre o aquecimento global, quando, na verdade, ele pura e simplesmente está pegando aquilo que o meio científico traz e tirando conclusões ético-morais a respeito disso.

Foi assim que aconteceu com relação à origem do ser humano. É isso que nós temos. A ciência traz o dado, e, na verdade, o ensinamento religioso segue esse dado.

Então, eu tenho que fazer muito mais a defesa dos princípios científicos do que a dos princípios religiosos, vamos dizer assim, porque, quanto à perspectiva da religião, você fica com a sua, e eu não vou lhe incomodar em relação a isso. Na verdade, estou aqui defendendo algo que é um princípio científico.

Não sei se está respondido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flavinho) - Agradeço, mais uma vez, à Dra. Lenise.

Antes de passar a palavra ao Dr. Paulo Henrique, também quero agradecer àqueles que estão acompanhando a audiência pela minha página no Facebook, Flavinhocn. Eles sempre estão muito bem inteirados de tudo que temos feito aqui na Câmara. Há pelo menos 230 mil pessoas que têm a possibilidade de acompanhar a audiência neste momento.

Portanto, além dos meios da Casa, também, através do meu Facebook, estamos levando essas informações tão importantes a um público predominantemente católico. Eu sei que muitos evangélicos e até pessoas que não professam a fé também me seguem pela atuação parlamentar, mas, predominantemente, a grande maioria dos meus seguidores são católicos. Então, é claro que esse tema do qual estamos tratando hoje interessa, e muito, os meus seguidores. Agradeço, mais uma vez, àqueles que estão acompanhando.

Tem a palavra, agora, sem demora, o nosso ilustre convidado, o Dr. Paulo Henrique Cremoneze, para a sua exposição, pelo tempo regimental de 15 minutos.

Fique à vontade. Há mais tempo.

O SR. PAULO HENRIQUE CREMONEZE - Exmo. Sr. Deputado Flavinho, a quem agradeço o gentil e honroso convite, espero, em Deus, dignificá-lo.



Ilustríssima Sra. Dra. Profa. Lenise Garcia, a quem agradeço pelo magistério, pela divisão da Mesa, sobretudo pelo testemunho que acabou de dar a todos aqueles que nos acompanham pela Internet, aos que estão aqui presentes, da possibilidade de a fé e a razão caminharem unidas, de mãos dadas, numa mesma estrada, que é a estrada da sabedoria e da experiência.

Vou falar, rapidamente, do porquê estou aqui e do porquê fui convidado. Eu sou um advogado que trabalha com direito empresarial, preponderantemente com direito marítimo, para o mercado segurador. A minha *expertise* profissional diária é esta: o direito empresarial, de uma forma bem setorizada. Inclusive, se algum dia houver um debate sobre o projeto de lei que trata do novo Código Comercial, eu me coloco à disposição, porque tenho muito interesse em debater esse assunto.

A minha participação se deu e se dá porque alguns dias atrás a professora falou sobre o julgamento do Supremo Tribunal Federal e, honrosamente, fui o advogado que fez a sustentação oral pela União dos Juristas Católicos de São Paulo — faço parte dela —, mediante a confiança extremamente honrosa de ninguém mais, ninguém menos do que um dos maiores juristas do Brasil, o Dr. Ives Gandra da Silva Martins, a quem eu me curvo e agradeço publicamente, porque ele tem sido um benfeitor em vários campos para mim.

Também fui professor de Direito Constitucional, durante quase 1 década, da Universidade Católica de Santos, e o tema religião sempre foi um dos mais palpitantes. Então, a primeira coisa que eu gostaria de falar, além de parabenizar o Deputado Flavinho e o Presidente, que acabou de sair, em virtude de outro compromisso, é sobre a coragem da Câmara dos Deputados em debater esse assunto diante de um momento tão difícil de perseguição — a palavra certa é esta: “perseguição” — ao sentimento religioso, sobretudo o judaico-cristão em nosso País; este País que nasceu sob o signo da cruz de Cristo, cuja primeira coisa formal que aqui se fez foi a celebração da Santa Missa; este País que já foi chamado de Terra da Santa Cruz, cuja primeira bandeira foi a Bandeira da Ordem de Cristo, aliás, a que acho mais bonita de todas as bandeiras brasileiras, porque é extremamente simples, emblemática, significativa; este País, que cresceu pelo esforço dos padres jesuítas; este País que sempre teve a presença da Igreja Católica e, mais recentemente, dos irmãos em Cristo, protestantes, ou seja, é um País cujo povo é



preponderantemente cristão. E este País, de uma hora para outra, por conta de uma minoria ruidosa, mas que tem parte da mídia em mãos, vem perseguindo os cristãos.

O cristão brasileiro, católico ou protestante, não é perseguido como no Oriente Médio, com a própria vida, ainda. Não existe o martírio de sangue, mas existe o martírio moral. A professora disse que ainda não sofre 100% isso, cedo ou tarde sofrerá — talvez a elegância, a fleuma, o conhecimento dela e o título de certa forma a blindem dessas perseguições um pouco mais hostis —, mas ela deu testemunho de que, sempre que começa a falar e a defender a vida de forma científica, recebe, como se fosse algo negativo, a alcunha de falar em nome da religião.

É importante deixar isto bem claro: quem construiu a civilização ocidental foi a Igreja Católica Apostólica Romana, gostem ou não seus inimigos. A Igreja concentrou em suas mãos, quando houve a queda do Império Romano — e a sociedade ocidental, como um todo, ficou em colapso moral —, o direito romano. A Igreja resgatou a filosofia grega e ordenou a sociedade. Foi a Igreja Católica quem mais investiu no método científico. É muito curioso como as mentiras se avolumam e são repetidas, e as pessoas caem nos engodos, nas armadilhas. O método científico foi trabalhado, preponderantemente, pela Igreja Católica. Ela foi a maior fundadora das universidades.

Eu estive recentemente na Inglaterra, visitando, por uma questão profissional e também por cunho acadêmico, a Universidade de Oxford, que é considerada a melhor do mundo — realmente é uma universidade de tirar o fôlego. Ela nasceu das mãos da Igreja Católica. Hoje, ela tem uma influência anglicana, evidentemente, pelo contexto histórico, não é o caso aqui de se ficar alongando, mas ela nasceu e cresceu, sobretudo, quando alguns missionários franciscanos, levando uma carta de São Francisco, de próprio punho, resolveram redesenhar a metodologia de ensino. Nós estamos falando de mil duzentos e poucos anos. Vejam a grandiosidade disso!

Então, dizer que a Igreja, por exemplo, é obscurantista ou que aquele que professa uma religião, que professa uma determinada confissão de fé, mas também é um cientista, não pode tentar aliar as duas coisas, é tripudiar sobre a verdade.

Basta dizer que o Vaticano tem 33 vencedores do Prêmio Nobel na sua Academia de Ciências, o Brasil não tem nenhum. O Brasil não tem sequer — e aqui



eu falo com certa ironia, por isso peço perdão ao telespectador, àqueles que nos ouvem e que são mais sensíveis — um Prêmio Nobel da Paz, que é muito pomposo, aparece, mas não tem o mesmo peso de um Prêmio Nobel nascido de uma pesquisa, nascido de um comprometimento científico. O Brasil não tem um Prêmio Nobel da Paz nem um Nobel de Literatura, quanto mais um de estrita observação científica. Então, o Vaticano, que as pessoas dizem que é obscurantista, a Igreja Católica, tem 33 vencedores.

Aí se pega um fato — a pior mentira, amigos, é uma meia verdade —, como o de Galileu Galilei, cria-se uma circunstância completamente absurda a respeito dele e diz-se que a Igreja o perseguiu. Não, ela não o perseguiu! Galileu Galilei fez cálculos matemáticos. Hoje isso é muito fácil, mas as pessoas se esquecem da hermenêutica histórica, ou a ignorância ou a má-fé ideológica fazem com que as pessoas não apliquem a hermenêutica histórica. Galileu Galilei comprovou matematicamente que era a Terra que circulava em torno do Sol, e não o contrário. A Igreja o chamou e disse: *“Galileu, você pode provar isso?”* *“Ah, só com cálculos matemáticos.”* *“Então, Galileu, por favor, fique quieto, porque o Esaú parou o Sol. Isso vai criar um problema muito grande.”*

Nós temos que nos lembrar de que na Idade Média as pessoas tinham uma inteligência literal em relação ao conteúdo da Bíblia. Hoje, nós sabemos que é uma verdade de fé, não é necessariamente uma verdade ontológica. Mas, naquele tempo, não era assim, ia criar o caos social. A Igreja só pediu silêncio e foi atendida, porque ele morava no mesmo ambiente que o Bispo de Florença. Quando Galileu morreu, foi sepultado na principal igreja de Florença, depois de Duomo, que é a Basílica de Santa Croce, cuja faixada em mármore, belíssima, foi feita por um arquiteto judeu amigo do Bispo. Veja como a igreja é “intolerante”! E o arquiteto perguntou: *“Posso fazer como eu quero, Sr. Bispo?”* *“Lógico que pode!”* E ele colocou uma Estrela de Davi enorme na frente da principal igreja, onde muitos nomes importantes da ciência e da literatura da Itália estão sepultados. E o Bispo gostava tanto dele que, quando ele morreu, não quis que ele fosse sepultado de uma forma simples. Como não podia ser sepultado na igreja, criou um puxadinho, literalmente, um jardim, para sepultar o amigo judeu.



Hoje nós estamos falando de uma intolerância que talvez não tenha ocorrido nos séculos precedentes. Se ela ocorreu, foi dentro de um contexto histórico, que tem que ser compreendido à luz da hermenêutica.

E eu me permito dizer que — sei que o tempo já se vai — a decisão do Supremo Tribunal Federal precisa ser mais bem explicitada, precisa ser mais bem trabalhada, para que todos possam entender. Eu me comprometo a ajudar nesse aspecto.

Primeira coisa: o Supremo Tribunal Federal não mudou absolutamente nada. Ele apenas, o que não tem sido, com todo e máximo respeito aos ilustres Ministros, por conta do chamado ativismo judiciário... O desrespeito aos limites da jurisdição constitucional em algumas matérias causou-me até surpresa. Eu confesso que estava — é até um pecado dizer isso — sem esperança. O católico ou o protestante jamais podem perder a esperança, que é uma virtude teologal. Mas eu estava sem esperança de vencer, por conta desse contexto que nós vivemos hoje. Fiquei muito feliz, quase eufórico, quando ouvi o resultado. Estava em Roma quando o resultado saiu, e foi uma alegria muito grande. E, conversando com amigos, alguns clérigos, todos festejaram.

O Supremo apenas respeitou a vontade do legislador constituinte originário, que, por sua vez, trabalhou segundo a vontade soberana do povo brasileiro. O art. 130 da Constituição — peço perdão aos Srs. Deputados, pois V.Exas. sabem disso melhor do que qualquer outra pessoa — não veda de forma alguma, nunca vedou, o ensino confessional. Pelo contrário! Levou-o em consideração, porque, se não fosse para ser confessional, ele não seria facultativo, mas obrigatório. E com que alegria ouvi a professora, que é jovem, dizer que na sua infância estudou numa escola pública com ensino religioso e que lá as pessoas não católicas eram respeitadas. Desde aquele tempo. Por quê? Porque é parte da tradição do constitucionalismo brasileiro!

A confessionalidade não afeta o Estado laico. E aí entramos em outro segmento: a confusão entre Estado laico e Estado ateu ou Estado antirreligioso. São grupos raivosos e ideológicos que querem alijar a experiência religiosa do seio social para, assim, facilitar a penetração de suas ideologias; são pessoas eivadas de ideologia que querem acutillar a experiência religiosa. Isso é um absurdo! E qualquer



pessoa que navegar pela Internet e digitar “marxismo cultural” ficará horrorizada ao ver que tudo acontece hoje no campo das — entre aspas — “artes”, no campo da — entre aspas — “filosofia”, no campo da — entre aspas — “educação”. Infelizmente, e a professora poderá confirmar, existem mais agentes ideológicos nas salas de aula hoje do que professores realmente compromissados em fazer o que deve ser feito, que é informar as pessoas a respeito das suas disciplinas.

“Ah, mas o ensino confessional?! A sociedade brasileira é plural!” Sim, ela é plural. É uma sociedade multicultural, marcada positivamente pelo signo da diversidade, mas também respeita o princípio democrático, também não pode esquecer o seu contexto histórico-social. Como disse agora, a maior parte da população brasileira é cristã, fundada nos valores morais judaico-cristãos. E, dessa maior parte, a maior parte — desculpem-me a redundância — é formada por católicos.

Portanto, não há problema algum de o ensino ser eventualmente patrocinado pelo catolicismo, até porque a Câmara dos Deputados, inteligentemente, criou mecanismos de calibragem. O art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases é bem claro: não pode haver proselitismo. E a experiência dita pela professora aqui ajuda, soma-se, cai como luva à mão. E por quê? Porque proselitismo é uma coisa, confessionalidade é outra. O art. 33 garante que os sistemas de ensino, ainda que o ensino seja confessional ou multiconfessional, levarão em conta as opiniões das demais religiões. E, na hora de formar os seus conteúdos programáticos, esses sistemas de ensino levarão em conta como aplicar o ensino sem prejudicar absolutamente ninguém. A questão de ser facultativo parece resolver tudo isso.

Até usei um exemplo na tribuna, e me permitam usá-lo rapidamente aqui. Imaginem uma cidade pequena do interior do Rio Grande do Sul onde a religião luterana é muito forte: 70% da população de origem alemã é fiel à religião luterana. Qual o problema de o Prefeito, que é quem deve falar — e não o Juiz de Direito — ao lado da Câmara dos Deputados, dos legisladores, que são aqueles titulares desse tipo de assunto, adotarem para a cidade o ensino confessional luterano? E o professor luterano certamente irá ao encontro dos católicos e das demais religiões daquela cidade, respeitando a maioria, respeitando o desenho socioantropológico daquela cidade, para aplicar a fé luterana. Existe algum problema nisso? Não!



Parece que a democracia só tem validade quando o badalo do sino dobra de um lado; quando dobra do outro, não tem validade alguma.

Com que alegria, Deputado — e peço perdão pelo tempo, vou concluir em 1 minuto —, eu ouvi aqui o senhor conversando com o Presidente! Não havia nenhuma câmera ligada, não havia público, nada, um desabafando com o outro que eles não podem falar de religião, não podem falar de princípios morais, não podem falar em defesa da família, porque existe um patrulhamento ideológico, e eles têm que ter uma coragem, além da coragem, além da democracia, para fazer isso.

É muito importante o usuário da Internet saber disso. Por essa razão eu digo, Deputado, e peço perdão por me alongar, que às vezes a impressão que passa é a de que quem defende esse conjunto de valores, que é a maioria, faz parte da maioria, pensa que os Deputados que gostam de gritar, de falar mal da religião, de gritar “Estado laico” por qualquer bobagem, dominam a Câmara dos Deputados. E eu vi que isso não é verdade. Os Deputados zelosos, como V.Exa. e outros, estão atentos e vigilantes para evitar que esse mal se propague.

Eu poderia dizer muitas coisas, mas o tempo é curto, e peço perdão. Só vou dizer uma última coisa, Deputado — é a última coisa mesmo.

Voltei recentemente de Roma, fui por outro objetivo; por ene razões eu vou lá com frequência. E, conversando com um amigo, de quem não vou dizer o nome, porque não pedi autorização — ele é um monsenhor que trabalha no corpo diplomático da Santa Sé, faz parte da Secretaria de Estado, é uma espécie de diretor espiritual para mim, é brasileiro, trabalha lá há 25 anos e escreve discursos para Papas quando esses discursos são para apresentar determinada matéria na ONU —, ele me disse o seguinte: *“Paulo, o mais importante agora é trabalhar a escusa de consciência, que, embora seja uma garantia fundamental constitucional, tem que estar presente no dia a dia do católico, do cristão protestante, do cristão ortodoxo”*. E por quê? Porque amanhã ou depois, se o aborto passar — e espero em Deus que isso não aconteça, mas o risco existe — e for descriminalizado, o médico católico, o médico protestante ou outro que eventualmente venha a trabalhar na rede pública será obrigado a praticar o aborto? Se ele disser “não”, vai ser um inferno!

O padre, por incrível que pareça, com a liberdade religiosa — posso colocar em dúvida, e foi a preocupação do senhor, pois li aqui no requerimento que



apresentou com muita propriedade —, amanhã ou depois, numa homilia, ao reportar alguma das epístolas de São Paulo advertindo sobre as questões sexuais, poderá ser efetivamente punido, dependendo de quem estiver de plantão. A Procuradoria-Geral da República tentou, por meio de ação direta de inconstitucionalidade, que felizmente não logrou êxito, fazer as vezes do legislador. Em vez de debater o assunto, de tentar eventualmente promover a reforma da Constituição, se quisesse, para tentar mudar a redação do art. 130, a Procuradoria-Geral o fez por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade. Felizmente, nesse aspecto, o Supremo foi muito bem na defesa da Constituição.

Perdão por ter me alongado. Normalmente costumo obedecer ao prazo, ao tempo, sou advogado, estou acostumado a fazer sustentações orais em 15 minutos, mas confesso que me empolguei com o assunto.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flavinho) - Nós que agradecemos.

Hoje temos, na verdade, uma flexibilidade maior na nossa audiência pública devido a todo o contexto que estamos vivendo na Câmara.

Na verdade, o foco todo está na CCJC pela questão da denúncia contra o Presidente Michel Temer, que, acredito, será votada ainda no final da tarde e início da noite. Então, as Comissões também estão com um pouco mais de maleabilidade. Portanto, fique tranquilo, nós vamos ainda ter um tempo para que V.Sa. possa acrescentar muito mais a este debate.

Vejo que é muito importante, de fato, estarmos debatendo isso. Aliás, esta Comissão estava paralisada devido ao volume de situações acontecendo na Câmara, e os primeiros requerimentos, salvo engano, são esses com a audiência pública e depois a paralisação da Comissão.

Então, retomamos os trabalhos da Comissão com esses dois requerimentos, que até faço questão de ler, não os li no início. Mas, até mesmo porque V.Sa. fez essa menção, gostaria de ler a justificação dos dois requerimentos, de modo que aqueles que estão acompanhando e aqueles que estão aqui também possam entender o contexto do que estamos discutindo hoje.



São dois requerimentos que apresentei. Um deles requer a realização de audiência pública para debater o cerceamento da liberdade de pensamento e manifestação religiosa da fé católica no Brasil.

A justificação desse requerimento é a seguinte:

A Constituição Federal garante em seu artigo 5º, VI a inviolabilidade da liberdade de consciência de crença, assegurando o livre exercício da religião.

A Constituição garante, ainda, a livre manifestação de pensamento, vedando o anonimato (art. 5º, IV).

Nada obstante, é inequívoco que há relevante quantidade de escolas confessionais que contribuem sobremaneira com a educação nacional, sendo-lhes assegurada ensinar a religião a que estão vinculadas.

Entretanto, não são raros eventos e tentativas de coibir o ensino religioso ou mesmo de cercear qualquer medida que promova o conhecimento a respeito da religião católica.

Inclusive, isso aqui foi feito antes dessa votação no Supremo Tribunal Federal, algo mencionado por V.Sa. Aliás, mesmo com a votação no Supremo Tribunal Federal, ainda querem cercear, especialmente aqui nas Comissões escutamos isso. Vim, nesta manhã, da Comissão de Educação, onde também sou titular, e sempre a nossa discussão ali passa muito por essas temáticas.

O problema não se limita às escolas confessionais e alcança as produções intelectuais e artísticas que em muitos casos são ridicularizadas em programas televisivos ou mesmo encontram restrições discriminatórias a respeito da sua produção e divulgação.

Nós demos entrada a esse requerimento, a Comissão está desde o ano passado, em 2015. Já estávamos falando aqui de toda essa problemática que vivemos agora de forma muito mais explícita com relação aos museus, às exposições, a essas pseudoartes, pseudoexposições que estão fazendo em nosso País.



O segundo requerimento trata de outra temática que vem consonante — por isso, estamos tratando junto —, mas tem outra vertente, é a perseguição religiosa e as práticas discriminatórias ao catolicismo e à religião católica.

A intolerância religiosa no Brasil é criminalizada e possui suas disposições legais expostas na Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, alterada pela Lei nº 9.459, de 15 de maio de 1997, que considera crime a prática de discriminação ou preconceito contra religiões.

Entretanto, os católicos, no Brasil, principalmente nas últimas décadas, têm sido alvo de ataques por parte de pessoas que praticam outras religiões ou defendem ideologias de arquitetura social diferente daquela idealizada pela fé católica.

Em alguns casos — isso aqui é muito importante — os católicos são acusados de heresia, idolatria, entre outras práticas que consideram não fazer parte das Escrituras. Em outros, são apontados como obscurantistas — como foi dito aqui pelo nosso nobre advogado —, pedófilos, falsos moralistas, retrógados, dentre outros termos deploráveis que ofendem e discriminam diretamente os milhões de praticantes da religião católica no Brasil.

Segundo o último censo, quase 130 milhões, pelo menos 120 milhões de brasileiros se declaram católicos.

Além disso, o próprio Vaticano já admitiu que mais de cem mil cristãos ao ano são mortos por razões ligadas à fé, não sendo de difícil constatação em diversos noticiários do Brasil a morte de sacerdotes e de pessoas ligadas à prática da fé católica.

Diante do exposto, nós apresentamos esses requerimentos.



São temas que estávamos pensando em tratar há 1 ano e meio ou 2 anos e que foram num crescente, até chegarmos a este momento. Nós que também professamos a fé católica acreditamos que nada é coincidência, tudo é providência.

Portanto, é uma providência que estejamos hoje discutindo aqui, com a liberdade que o Estado laico nos garante. Nós temos essa liberdade, dentro do Estado laico, de discutirmos essa temática relacionada à discriminação religiosa, à intolerância com relação à fé católica.

Vejo que é muito importante cada uma das falas que estamos tendo aqui, como a do nosso advogado, que faz parte da União dos Juristas Católicos. Tenho, inclusive, um carinho e um respeito muito grande por essa entidade. Tenho uma proximidade maior com um advogado de São José dos Campos, da União dos Juristas, o Advogado Rafael Canizza. Inclusive, pedi, por meio dele, que chegasse até o Dr. Ives Gandra a nossa preocupação com relação a todo esse momento das exposições.

Protocoliei vários ofícios na Procuradoria-Geral da República pedindo a investigação desses pseudoartistas, inclusive de Antonio Obá, que, parece-me, é do Entorno de Brasília, e de outros pseudoartistas que apresentaram essas obras nefastas e criminosas. Pedi, então, essa intervenção junto ao Dr. Ives Gandra para que a União dos Juristas Católicos pudesse também nos apoiar nessas ações, porque nós fazemos uma ação institucional, mas precisamos também do apoio da União dos Juristas Católicos, que, sei, é sempre muito rápido em relação a tudo isso.

Nesse sentido, também me alegra saber — não sabia — que V.Sa. tem todo esse alinhamento e faz parte desse grupo, que é vital para os católicos no Brasil.

Estou vendo que o Deputado Pr. Marco Feliciano está chegando. Com certeza ele vai querer usar a palavra.

O Deputado Pr. Marco Feliciano fará as suas ponderações, daí terão a palavra V.Sas. para que possam responder, e não só responder, mas também, com um tempo adicional, continuarem com as exposições que estavam realizando.

Em respeito ao nosso amigo e nobre Deputado, também defensor dessas causas tão importantes em nosso País, passo a palavra ao Deputado Pr. Marco Feliciano.



Seja bem-vindo à nossa audiência pública.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Obrigado, Deputado Flavinho.

Boa tarde a todos! Boa tarde aos nossos debatedores e palestrantes.

Quero pedir perdão. Esta Casa é uma loucura! Eu a chamo de “casa de loucos”. E cada vez chegam mais loucos.

Depois vou pedir a minha assessoria que me traga as notas taquigráficas.

E, só para corroborar, é preciso que o nosso País retorne alguns princípios. Isso não é retrocesso. O ensino religioso deve fazer parte da alma do ser humano. O ser humano não é só carne e osso, há algo metafísico dentro dele, há algo etéreo dentro dele. Se não me falha a memória, foi Dostoiévski quem disse: *“Existe no homem um vazio do tamanho de Deus”*. O grande escritor russo já falava sobre isso nos idos passados.

Sr. Presidente, apresentei, logo que cheguei aqui, meu primeiro projeto de lei, que foi sobre o ensino religioso. Sendo o ensino religioso facultativo, art. 210 da Constituição, eu trouxe um projeto de lei para a Casa tentando torná-lo obrigatório. Sabia que seria só para criar um tumultozinho, a fim de que o assunto viesse a debate. Por incrível que pareça, quem assumiu a relatoria foi um petista. E, por incrível que pareça, o petista aprovou o projeto, que está na Comissão de Educação. Levei um susto, porque o petista que assumiu o projeto foi reitor de uma universidade católica e falava sobre a necessidade do ensino religioso.

No meu projeto falo não de ensinar qualquer religião, mas os grandes ensinamentos das religiões. Toda religião, pelo menos as religiões de fato, não seitas, nem heresias, fala que o ser humano é um ser iluminado e precisa disso. As nossas crianças precisam ser criadas de outra forma: ao olharem para o céu não devem ver apenas um vazio, a história de uma ameba ou de água ou do que quer que seja. Elas têm que olhar para o céu e ser como nós éramos. Alguma coisa criou isso aqui. E essa alguma coisa tem nome: Deus. Não importa o nome que esse Deus receba nas demais religiões. O ser humano que não tem essa aptidão para aquilo que é metafísico e divino não vive, vegeta. Então, precisamos trazer de volta isso.

A falta desse tipo de ensinamento, a falta das crianças serem educadas dessa forma originou essa geração perdida que temos aí.



Eu estava dizendo a alguns amigos que felizes foram aqueles que nasceram até a década de 70, isso na década de 80. São meninos e meninas que trabalham, são meninos e meninas que sabem respeitar as pessoas, pedem licença para tudo. Nós tínhamos uma base, Deputado Flavinho! A geração das décadas de 60, 70 e 80 queria o quê? Uma casa e um trabalho em que pudesse seguir a vida, como aconteceu com os nossos pais. Tanto é que até essa década as pessoas trabalhavam 20, 30 anos em uma empresa, lutavam para construir uma casa, tinham sonhos. Hoje não! Eu tenho três filhas, e uma delas já pulou em duas faculdades. Fui falar com ela, que me disse: *“Não, pai, eu ainda estou tentando me descobrir”*. Que raiva que dá! (*Risos.*) Na minha época não pude me descobrir, porque nem condição de estudar numa faculdade eu tive. Mas hoje é assim: *“Não, pai, é que a gente tem que fazer aquilo que a gente gosta”*. Esse é o ensinamento dessa geração pós-modernidade.

Acho que o que falta é isto, é o atino para aquilo que é divino.

Nós somos suspeitos para falar disso — não é, Deputado Flavinho? —, porque militamos na causa religiosa e estamos unidos nisso.

Parabéns pela audiência pública! Parabéns aos nossos debatedores!

Como eu disse no início, vou buscar nas notas taquigráficas e nos vídeos. Quero saber o que foi tratado aqui.

Conte comigo para o que for preciso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flavinho) - Nós agradecemos a palavra de V.Exa., Deputado Pr. Marco Feliciano, sempre muito atuante. Mais do que nunca, estamos unidos nesta Câmara contra todo esse lixo cultural que estão tentando derramar dentro das nossas casas, no coração das nossas famílias, desvirtuando a inocência das nossas crianças, que já sofrem, de fato, como V.Exa. dizia, um bombardeio tremendo pela própria realidade cultural, que é diferente da nossa.

Eu nasci em 1971. Então, entendo perfeitamente. Comecei a trabalhar com 12 anos de idade em padaria, carregando cesta de pão nas costas e me sinto profundamente honrado e dignificado por esse trabalho que iniciei com 12 anos.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Se o senhor me permitir, quero dizer que eu coloquei na minha página no Facebook, 2 semanas atrás, um *bannerzinho* que eu fiz sobre o início da minha vida. Eu fui vendedor de esterco, não



sei nem se o pessoal mais novo sabe o que é isso. *(Risos.)* Tem alguém rindo aqui atrás de mim. Eu ia ao sítio do Sr. Vitório buscar esterco em um saco para levar para as vizinhas da minha mãe, que plantavam hortas, para ajudar a sustentar minha família.

Isso não me impediu de ir para a escola. Alguém pode chamar isso de situação análoga à de escravidão. Eu chamo de experiência de vida. Apanhei laranja, algodão, café, trabalhei no corte de cana, e isso não me destruiu como ser humano. Pelo contrário, me formei mais de uma vez, me comunico em três idiomas, escrevi 21 livros e estou aqui.

Então, eu acho que o que falta para a nossa juventude, para nossas crianças, é o apego dos pais. Os pais precisam botar a cabeça no lugar, Deputado Flavinho. Nós estamos vivendo um tempo estranho. A televisão se tornou a babá dos nossos filhos. Está tudo errado.

Desculpe-me por falar demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flavinho) - Não precisa se desculpar.

É isso mesmo.

Agradeço mais uma vez a V.Exa. Sua presença com certeza engrandece nossa audiência pública.

Eu gostaria de passar a palavra, pelo tempo regimental de 3 minutos, prorrogáveis, para a Dra. Lenise Garcia.

Fique à vontade, Dra. Lenise, para fazer suas considerações finais, visto que já não há mais nenhum Parlamentar para fazer explanação.

Passo a palavra à Dra. Lenise, para que nos brinde ainda mais com suas palavras. Fique à vontade.

A SRA. LENISE GARCIA - Bem, obrigada.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer a V.Exa. pela oportunidade de participar desta audiência pública e agradecer aos demais pelas falas, que foram tão enriquecedoras.

Gostaria de dizer que estamos realmente em um momento histórico do Brasil e da humanidade, que nos apresenta muitos desafios, e há uma verdadeira guerra de fato contra as religiões de uma forma geral.



Eu penso que isso está muito vinculado a uma equivocada compreensão do ser humano sobre si mesmo. É isso que traz um grande dilema para a humanidade, porque o ser humano já não sabe mais quem ele é. Algumas linhas filosóficas quiseram ocupar o lugar de Deus como criador de nós mesmos, e a biotecnologia vai se desenvolvendo para uma direção que me faz recear cada vez mais. Em breve, do ponto de vista prático, temo que aquele ser humano criado em laboratório, manipulado, como nós já vemos começando a acontecer na China, com grande preocupação, se torne frequente.

Até pessoas de um pensamento “muito aberto” já mostraram preocupação com isso, porque não há princípio ético algum controlando esses desenvolvimentos biotecnológicos. E eles já desenvolveram a capacidade de mexer no genoma humano.

Então, o que pode vir a partir disso é algo muito preocupante. Esse não é tanto o tema da nossa conversa, mas isso mostra que o ser humano quer, de alguma, forma ser o criador, talvez como se tivesse a ideia de que, ao fazer isso, o ser humano se dignificasse. E é exatamente o contrário: ao perder essa perspectiva de criatura de Deus é que o ser humano perde a sua dignidade. E a própria sociedade vai refletindo essa perda da dignidade do ser humano.

Por isso, eu penso que esse é um grande resgate a ser feito: da dignidade de todo ser humano. E é a partir da compreensão dessa dignidade que nós vamos poder ter uma sociedade que viva de forma fraterna e pacífica.

Então, é o contrário: apresenta-se como se a religião fosse contra essa perspectiva de fraternidade e de paz, quando, na realidade, somente nos compreendendo de fato como irmãos, porque criaturas, e não tendo o domínio total sobre a própria existência e a do outro, mas tendo um profundo respeito pela própria existência e pela do outro, é que nós vamos poder desenvolver uma sociedade de fraternidade e de paz.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flavinho) - Nós que agradecemos.

Eu passo a palavra, pelo tempo regimental de 3 minutos, ao Dr. Paulo Henrique Cremoneze, para as suas palavras finais.

Fique à vontade, Dr. Paulo.



O SR. PAULO HENRIQUE CREMONEZE - Obrigado, Deputado Flavinho.

Aproveito para cumprimentar o ilustre e Exmo. Deputado Pr. Marco Feliciano, que é muito respeitado nos meios católicos, principalmente pela posição em defesa dos valores fundamentais, que são abraçados, agasalhados pelo cristianismo, qualquer que seja a confissão de fé, e pela defesa da família.

Até aproveito a presença dos dois Deputados, um católico e o outro cristão protestante, para lembrar as palavras do Papa Bento XVI quando em visita pastoral à sua terra natal, a Alemanha. Percebam o significado. Ele foi ao mosteiro agostiniano onde Lutero se formou e, falando a lideranças cristãs alemãs e austríacas, a católicos, ortodoxos e protestantes — principalmente luteranos, evidentemente —, disse o seguinte, mais ou menos com estas palavras: deixemos um pouco, sem ferir as nossas respectivas identidades, os problemas históricos, os problemas doutrinários, as diferenças teológicas, e vamos, unidos, nos concentrar naquilo que nos une, a pessoa de Nosso Senhor Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, a fim de, unidos, levarmos a luz e a cruz de Cristo ao mundo, porque a cruz tem sido negligenciada; a cruz tem sido, novamente, como no passado, objeto de horror, quando, na verdade, é o símbolo de amor por excelência.

Lembro o que eu disse antes: este é um país teísta; que acredita em Deus. O fundamento de validade do ordenamento jurídico é a Constituição, mas o fundamento de validade dela, por sua vez, é o preâmbulo da Constituição. E, no preâmbulo, o que os Deputados Constituintes, representantes do povo brasileiro, invocaram? A proteção de Deus. Este é um país que acredita em Deus. Este é um país fundado, repito, nos valores morais judaico-cristãos. E, da maioria teísta, a esmagadora maioria é cristã: católica, protestante e, um pouco também, ortodoxa.

Então, nós não temos que ter medo de fazer valer a nossa opinião. Nós temos que levar a nossa opinião adiante. Nós temos que ter a coragem que o Deputado tem — e ele leva muito pancada por isso. A maior parte das pancadas, senão todas, são injustas. Ele leva muita pancada por isso. Mas é necessária essa coragem.

E quem não tem mandato tem que ter essa coragem também, por exemplo, na rede social. Nós, os brasileiros, temos que ser, ao mesmo tempo, a musculatura de V.Exas., para que V.Exas. se sintam confiantes para ir adiante, e a rede de



proteção. Quando baterem em V.Exas., saibam que muitos irão protegê-los. É importante isso.

E volto a repetir o que disse antes: fiquei extremamente feliz ao ver dois Deputados — e agora o Deputado Pr. Marco Feliciano falou em público, mas o Deputado Antônio e o Deputado Flavinho falavam em particular, e eu, abelhudo, ouvi — defendendo valores. Não havia câmara, não havia público, e eles estavam defendendo, entre eles, valores. E não estavam ali para fazer encenação nem para mim nem para a professora; estavam ali defendendo valores.

O nosso medo é que essa minoria histórica, raivosa, se sobreponha à maioria, ferindo o princípio democrático.

Então, lembro que o nosso Brasil é um país teísta.

Muito obrigado pela oportunidade.

Estou à disposição para falar a V.Exas. em outras oportunidades também. Eu gosto disso. É bastante sedutor esse tipo de trabalho. É mais sedutor do que falar em tribuna no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça ou nos Tribunais de Justiça Estaduais.

Eu sou muito, muito, muito grato. Obrigado.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para corroborar as palavras do nosso advogado Dr. Paulo Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flavinho) - Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - O senhor me tocou com essas palavras.

Quero só lembrar o que acontece no País, a grande briga, de que as pessoas não querem falar, mas é a grande verdade: o problema no mundo hoje é a Esquerda. A Esquerda é o grande problema.

E a Esquerda é o grande problema por quê? Eu estava estudando um pouquinho de Karl Marx e, em determinado momento, dei gargalhadas. O pensamento dele é o seguinte: o ser humano tem que ser livre de tudo; o ser humano tem que ter liberdades acima do *métier* normal da vida humana. Ele diz que o grande problema da opressão começa em casa, com o marido mandando no esposo e, depois, com a esposa e o marido mandando no filho. Então, tem-se que acabar com a instituição família, porque todo mundo tem que ter liberdade para tudo.



Mas o grande *métier* do comunismo é transformar o Estado em Deus. O Estado tem que ser promotor de tudo; tem que promover tudo. O Estado tem que ser paternalista; o Estado tem que prover tudo. É o que estava acontecendo no nosso País: “bolsa-isso”, “bolsa-aquilo”, “bolsa-aqueloutro”. Então, o Estado tem que ser Deus.

E qual é o problema do comunismo no Ocidente, onde ele encontra uma população cristã? Quando se vê acuado, quando tem problema em qualquer área — problema de saúde, financeiro, emocional —, quando falta comida na sua mesa, o cristão não vai à Prefeitura. Antes de procurar o Estado, ele vai a uma igreja, e lá dobra os joelhos, faz suas preces. E não se sabe por que cargas d’água — diz ele — acontece o milagre.

Nós sabemos o que é isso, porque está escrito na Palavra. Davi disse: *“Fui moço, e agora sou velho; mas nunca vi desamparado o justo, nem a sua descendência a mendigar o pão”*. Então, o medo deles do cristianismo é só esse, porque sabem que, para nós, Deus é um só. E Deus está acima de tudo: Deus está acima do Estado, Deus está acima da sociedade.

Parabéns, mais uma vez!

Fiquei muito feliz com esta audiência pública. Estou arrependido de não ter podido chegar mais cedo aqui.

V.Exa. está incumbido de marcar uma nova audiência como esta, e eu vou convocar a bancada evangélica toda e os católicos para estarmos juntos aqui.

Tenho gravado vídeos, e V.Exa. também. Católicos e evangélicos estão unidos. Mais são as coisas que nos unem do que as coisas que nos separam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flavinho) - Muito obrigado mais uma vez pelas palavras de V.Exa.

Quero agradecer à nossa convidada, Dra. Lenise Garcia, uma grande defensora da vida, que está sempre conosco em outras frentes de luta em defesa da vida. Como eu disse, ela integra e é a Presidente do movimento Brasil Sem Aborto, que também congrega evangélicos, espíritas e católicos nessa defesa que ultrapassa a religião. São pessoas de bem que querem defender a vida desde a sua concepção até o seu declínio natural, passando pela qualidade de vida.



Nós queremos que a população brasileira tenha qualidade de vida. Por isso, defendemos a vida desde a concepção até o seu declínio natural.

Sempre agradeço muito esse apoio e essa parceria que a Dra. Lenise tem com todos nós aqui na Câmara Deputados.

Quero também agradecer ao Dr. Paulo Henrique Cremoneze. Eu o estou conhecendo agora e, como eu disse, já fiquei profundamente tocado com as suas palavras e por saber que ele faz parte desse grupo tão importante na Igreja Católica, que é a União dos Juristas Católicos.

Leve também o meu abraço e o meu apreço a todo o grupo, especialmente ao Dr. Ives Gandra. Contamos muito com o apoio do grupo da União dos Juristas Católicos para em todas essas ações que estamos movendo no nosso País, juntamente com todos os evangélicos, contra todos esses pseudoartistas que estão destruindo símbolos religiosos, estão destruindo a inocência das nossas crianças e vilipendiando a fé católica e a fé evangélica no Brasil.

Então, mais uma vez, muito obrigado.

Com certeza V.Sa. estará conosco muitas outras vezes, para tratar não só deste tema, mas também dos outros nos quais V.Sa. é tão ou mais especialista.

Muito obrigado.

O SR. PAULO HENRIQUE CREMONEZE - Excelência, peço a palavra só por 1 minuto, sem querer ferir o protocolo e ser deselegante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flavinho) - Fique à vontade.

O SR. PAULO HENRIQUE CREMONEZE - Aproveitando a presença do Deputado Pr. Marco Feliciano, quero dizer que, além de fazer parte da União dos Juristas Católicos do Estado de São Paulo, eu também participo do Instituto dos Juristas Cristãos do Brasil, que é ecumênico — tem protestantes, ortodoxos, católicos.

Também fundei recentemente, por confiança de terceiros, a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas, no litoral de São Paulo, que é vinculada a uma instituição nascida das mãos de empresários católicos belgas justamente para se opor ao socialismo, mas também por não aceitar o capitalismo desenfreado, sem esteios morais. Essa é uma instituição aberta aos cristãos em geral.



Eu gosto muito do diálogo ecumênico. Eu acredito nele; não falo da boca para fora. Sinto-me muito honrado e agradeço aos dois ilustres e Exmos. Deputados por me ouvirem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flavinho) - Muito obrigado mais uma vez.

Não temos quórum regimental para deliberar. Teríamos alguns requerimentos para votar, mas, como não há quórum, vou encerrar a reunião.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando reunião para o dia 8 de novembro de 2017, às 14h30min, em plenário a ser definido, no Anexo 2 da Câmara dos Deputados.

Agradeço àqueles que nos acompanharam pelos meios de comunicação desta Casa e, especialmente, através do meu Facebook, na *live* que fizemos aqui.

Muito obrigado.